



O Incesto nas Leis do Levítico

Análise da Lei de Santidade (Lv 18 & Lv 20) e o silêncio acerca do incesto com a(s) filha(s) no AT

Ricardo Lengruber Lobosco

Introdução

Lv 18, 6-18, Lv 20, 10-21 e Dt 23,1;27,20.22-23 dão três listas de familiares, por consangüinidade ou por aliança, com os quais um homem não podia ter relações sexuais¹. Entre os consangüíneos, com os quais um homem não pode ter relações sexuais, estão: a mãe, a madrasta ou as madrastas, as esposas dos tios paternos, as tias paternas e maternas (geração dos pais); as irmãs ou meias-irmãs (própria geração); e as netas (segunda geração seguinte). As esposas dos tios maternos não são mencionadas. Mais surpreendente ainda é o silêncio sobre as filhas. Entre os parentes por aliança, estão: a sogra ou as sogras, as cunhadas, as enteadas e suas filhas.

O Pentateuco, no entanto, menciona vários casais que seriam incestuosos de acordo com os interditos do Levítico e do Deuteronômio. É o caso de Abraão e Sara, sua meia-irmã (Gn 20,12); de Jacó e Raquel, irmã da sua primeira mulher Lia (Gn 29,20-29); de Arã, o pai de Moisés, casado com uma tia (Ex 6,20). O Antigo Testamento relata também vários episódios de carácter incestuoso. É o caso das duas filhas de Ló que se fazem engravidar pelo pai sem seu conhecimento (Gn 19,30-38). O texto não condena o comportamento das moças, cujo desejo de assegurar uma descendência o torna perfeitamente legítimo. Antes, pelo contrário, o texto parece admirar a

¹ Há uma lista num oráculo profético de Ez 22,10-11. Parece ser uma polêmica contra a Casa de Davi, Cf. MEACHAM, T., *The Missing Daughter: Lv 18 and 20*, ZAW 109, 1997, pp. 254-259.

sua habilidade. Se a história visa alguém devem ser não as moças, mas os Moabitas e os Amonitas. Embora lhes reconheça o parentesco com os Hebreus, declara que eles nasceram em circunstâncias pouco honrosas. A admiração pela habilidade da “incestuosa” é clara no caso de Tamar (Gn 38,12-26). Por meio de uma artimanha, obteve do sogro a descendência que os seus cunhados lhe deviam, mas lhe recusavam. Por fim, recordo o caso de Absalão que tem relações sexuais com as concubinas de Davi, seu pai, em público (2 Sm 16,20-22). É uma tomada de posse simbólica do trono de Jerusalém: o novo rei herdava o harém do predecessor.

Como afirma F. J. Gonçalves:

É difícil saber se o Levítico documenta uma mudança na prática jurídica ou se expressa o desejo que os seus autores tinham dessa mudança. Seja como for, as leis bíblicas sobre o incesto propunham fixar cada um dos membros da família no seu lugar ou no seu papel, impedindo-o de acumular funções familiares tidas por incompatíveis e, por conseguinte, contrárias à ordem do mundo. Por outras palavras, as ditas leis destinavam-se a salvaguardar a ordem no seio da família e, em definitivo, a manter o próprio cosmos.²

Para efeito de delimitação, este artigo analisará comparativamente a lista de interditos sobre o incesto de Lv 18, 6-18 e Lv 20, 10-20.

Por isso, inicialmente, serão apresentadas anotações exegéticas sobre os versículos que interessam ao tema tratado. A saber, Lv 18,6-17 e Lv 20,11.12.14.17.19-21. Além disso, haverá a discussão, com base em breves considerações redacionais, no que tange à relação entre Lv 18 e Lv 20; e, ainda, uma reflexão teológica sobre os textos em tela.

Numa segunda etapa, o artigo dedicar-se-á à apresentação das variadas explicações disponíveis na bibliografia especializada para a questão do silêncio a respeito do incesto entre pai e filha(s), sendo encerrado com uma *proposta alternativa*, intentando responder à pergunta nascida da comparação entre as duas listas legislativas.

² GONÇALVES, Francolino J., *O Antigo Testamento e a Sexualidade*, In: Caderno da Semana de Teologia em Fátima, Instituto São Tomás de Aquino, 2003 [www.triplov.com/ista/fatima_2003/francolino/].

1. Exegese de Lv 18 e Lv 20

1.1. Levítico 18 – Comentário

Do ponto de vista estrutural, o capítulo 18 é dividido em três grandes partes:

1. exortação (vv. 2b-5) em segunda pessoa do plural;
2. proibições (vv. 6-23) em segunda pessoa do singular;
3. exortação (vv. 24-30) em segunda pessoa do singular.

A parte “2” não está – linguística e contextualmente – conectada à parte “1”, diferentemente do que ocorre entre a terceira e a primeira parte. Por exemplo, o termo וַשְׁמִרְתֶּם aparece tanto no v. 5 quanto em 26 e 30. Já o termo תוֹעֵבָה ocorre em v. 22 e reaparece em vv. 26, 27, 29. Segundo Milgrom³, isso indica atividade redacional: uma antiga lista foi incorporada pelo código de Santidade em suas exortações. Pode-se ter deliberadamente utilizado אֱלֹהִים apenas nos vv. 2, 4 e 30 para criar um envelope para o capítulo, não obstante ter utilizado o Tetragrama em sete outras oportunidades.

Para efeito de análise mais pormenorizada aqui apresentada, destacar-se-á a segunda parte (vv.6-23) e, dessa, os vv. 6-17 serão observados e comentados com maior atenção já que são esses os que contêm as proibições específicas quanto às relações sexuais consideradas ilícitas.

A temática básica dos versículos em questão é a proibição da prática de relações sexuais consideradas ilícitas, sobretudo o incesto.

O que a tradição judaica reconhece, através dos escritos rabínicos, é que o conteúdo desses capítulos se justifica porque a violação das leis em apreço era grande. R. Nehorai assim se expressa:

Isso nos ensina que Israel estava sofrendo quando Moisés lhes disse para abominar os casamentos proibidos, bem como nos mostra que existia aquele que se casava com sua irmã, com a irmã de seu pai e com a irmã de sua mãe. Então, quando Moisés lhes disse para abominar esse tipo de relação, Israel irou-se.⁴

Não parece ser impossível que R. Nehorai tivesse em mente o caso do próprio Moisés, produto de um casamento proibido: Anrão, seu pai, casou-se com Joquebede, irmã de seu pai (Êx 6, 20).

³ MILGROM, J., *Leviticus 17-22*, The Anchor Bible Commentary, 1991, p. 1516.

⁴ Cf. MILGROM, J., *op. cit.*, p. 1523.

Mais recentemente, Calum Carmichael⁵ observa que as leis bíblicas sobre o incesto (Lv 18 e 20, especialmente) causaram um grande impacto na lei ocidental, mais do que qualquer outra lista de regras bíblicas.

No Lv 18, há dois grupos de proibições, cada um com dois subgrupos, como segue:

Proibição contra o incesto (vv. 6-18), que pode ser definido como infração sobre relação sexual entre dois membros do núcleo familiar, exceto marido e mulher de primeiro grau (vv. 6-10) e de segundo grau (vv. 11-15).

Proibições contra certas práticas sexuais (inclusive o incesto) e de sacrifício a Molek (vv.19-23) no casamento (vv. 16-19) e fora do seio familiar (vv. 20-23).

Essas leis são direcionadas ao cabeça do grupo familiar, e o cumprimento delas repousa inteiramente em suas mãos. Isso talvez explique a falta de punição específica neste capítulo. Pode-se dizer que o uso repetitivo de pronomes adjetivos possessivos na segunda pessoa do singular (em referência a um parente), em oposição ao uso da terceira pessoa no capítulo 20, torna a proibição mais imediata e pessoal, e não algo abstrato ou longínquo à família. Não é apenas uma irmã, mas a *sua* irmã; não é apenas uma mãe, mas a *sua* mãe. O objetivo do texto parece ser imprimir uma moral primordial que fosse além de uma simples exortação a fim de que se ficasse longe daqueles parentes femininos.

Por causa disso, o texto é abundante em circunlóquios.⁶ Por exemplo, a irmã é citada como a filha do pai ou da mãe (vv. 9, 11) porque a proibição da meia-irmã afeta ambos os pais. A neta é citada como a filha de um filho ou de uma filha (v. 10). A tia não é *tia* (תִּיָּה), mas a irmã do pai ou da mãe (vv. 12-13), o que pode ser explicado porque no código de Santidade o termo aparece para a esposa do tio paterno (v. 14), mas não para a tia paterna ou materna. A madrasta é chamada de “a mulher do pai” pois, ao que parece, a Bíblia Hebraica não tem um termo específico para tal.

Não parece ser infundada a constatação de esses termos serem propositais e essenciais em seus contextos. O que revela ser unidade social básica a ‘casa paterna’, que incluía de três a cinco gerações com aproximadamente 50 a 100 pessoas.⁷

⁵ CARMICHAEL, C., *Law, Legend, and Incest in the Bible: Leviticus 18-20*, London, Cornell University Press, 1997. Cf. CARMICHAEL, C., *The Spirit of Biblical Law*, Athens, University of Georgia Press, 1996.

⁶ ZISKIND, J. R., *The Missing Daughter in Leviticus XVIII*, VT 46, 1996, p. 129.

⁷ MILGROM, J., *op. cit.*, p. 1526.

Além disso, os vv. 6-23 apresentam as suas proibições listadas na forma de círculos concêntricos, em que os parentes são listados dos mais próximos aos mais distantes, sucessivamente. Assim:

vv. 6-11. da relação sangüínea de primeiro grau: mãe (7), madrasta (8), a meia-irmã (9), neta (10) e filha da madrasta [= irmã] (11);

vv. 12-14. da relação sangüínea de seus pais e afins: a irmã do pai (12), a irmã da mãe (13) e a esposa do irmão do pai (14);

vv. 15-16. dos parentes de casamento: nora [esposa do filho] (15), cunhado [irmão da esposa] (16);

vv. 17-18: dos parentes mais próximos da esposa: sua filha (17a), sua neta (17b) e sua irmã (18).

A distinção entre essas leis é que as de número 1 a 3 (vv. 6-16) se referem às relações entre o destinatário e uma mulher proibida, enquanto que a de número 4 (vv. 17-18) fala não de uma relação, mas do ato sexual em si.

Outra maneira de se listar essas proibições pode ter sido, segundo a hipótese de Rattray⁸: (1) por geração; (2) por sangue; e (3) por relação familiar. O que esclareceria serem as proibições limitadas a quatro gerações (contando com a omissão dos avós) e que afinidade era equivalente à consangüinidade. Além disso, através da ausência de menção a primos de primeiro grau e de sobrinhas na lista consangüínea, deduz-se que a união entre estes era permitida.

Quanto à questão da razão de ser das leis de Lv 18, com base no próprio texto, há variadas razões para essas leis existirem: elas são desígnios de Deus (v. 4), sua manutenção leva à vida (v. 5), a terra não suportará suas não-observâncias (vv. 25, 27, 28), seus violadores serão contaminados (v. 24) e banidos do povo (v. 29).

Mais recentemente, Halpern⁹ sugere que um grupo familiar (que, inicialmente, favoreceria uniões com membros de fora [“exogamia”] a fim de garantir seu crescimento) também aceitaria uma “endogamia” parcial com o intuito de se evitar a alienação da propriedade. Daí serem encontradas uniões entre primos, que seria o padrão preferido da época (Gn 24,15; 28,8-9; 29,10).

Milgrom, entretanto, reconhece que o que parece ser um denominador comum é o motivo social. Para ele, a expressão *תקח לְצֵרֶר* “produzindo

⁸ RATTRAY, S., *Marriage Rules, Kinship Terms and Family Structure in the Bible*, In: SBLSP, 26, 1987, p. 543.

⁹ HALPERN, B., *Jerusalem and the Lineages in the Seventh Century B.C.E.: Kinship and Rise of Individual Morality*, p. 52. In: *Law and Ideology in the Monarchic Israel*, JSOT Press, 1991.

rivalidade” na proibição ao casamento com duas irmãs (v. 18) revela que o propósito dessas leis é promover a manutenção da paz dentro da casa.

Há de se colocar a questão sobre o que é realmente proibido: o casamento ou a cópula.

A favor do primeiro, há textos no Pentateuco (Êx 22,15-16; Dt 22,28-29) que consideram o sexo fora da instituição matrimonial proibido; o casal que o faz deve se casar. Assim, a temática de Lv 18 seria claramente sobre casamentos proibidos.

Por outro lado, porém, é possível argumentar, com base em argumentos lingüísticos, que גְּלוּה עֵרוּוָה e קָרַב são termos referentes ao ato sexual e não ao casamento.

Mas é possível, em linhas gerais – independentemente da posição que se assuma acima –, que o incesto não pudesse ser legitimado pelo casamento. Ou seja, ainda que se refira exclusivamente à cópula, as proibições abarcam, também, o matrimônio.

O versículo 6 encabeça a lista subsequente de proibições, como indicado pela abrangência de seu vocabulário אִישׁ אִישׁ , כָּל-שָׂאֵר , בְּשָׂרוֹ , בְּשָׂרוֹ (todas as outras proibições empregam o construto עֵרוּוָה); por sua terminação אֲנִי יְהוָה (aparecida novamente apenas no v. 21) e, ainda, por seu uso do plural.

Nenhum homem. אִישׁ אִישׁ. As prescrições são dirigidas aos homens, uma vez que são os que iniciam o ato sexual.

A qualquer parente da sua carne. אֵל-כָּל-שָׂאֵר בְּשָׂרוֹ, literalmente “qualquer carne de sua carne”. A expressão se encontra no superlativo, inferindo que o objeto são os parentes mais próximos. A presença de כָּל indica que todos os parentes próximos, provavelmente inclusive os não mencionados na lista, estão incluídos. Finalmente, o termo תִּקְרָבֵי é a única forma verbal no plural em toda a lista, o que pode representar uma pista de que mais de uma relação incestuosa está implícita. Em suma, o simples fato de o v. 6 servir de introdução à lista de uniões proibidas com parentas automaticamente implica - como Lv 21,2 especifica - que todas as relações consanguíneas ausentes da lista estariam, sim, incluídas.¹⁰

Bratsiotis¹¹ elenca uma série de quatro sentidos em que o termo é usado no Antigo Testamento: natural, ritual, antropológico e teológico. Nos dois primeiros casos, o autor refere-se ao que já foi exposto por Oswalt e

¹⁰ Embora seja consenso praticamente geral entre os especialistas, a ausência da “filha” na lista de proibições causa estranheza. O tema será abordado oportunamente.

¹¹ BATSIOTIS, N. P., verbete *basar* In: BOTTERWECK – RINGGREN, *Theological Dictionary of the Old Testament*, Michigan, Eerdmans, 1977, vol. I, pp. 317-331.

Gerleman. Vale destacar suas apreciações sobre os dois outros sentidos mencionados.

Em seu sentido antropológico, Bratsiotis elenca três dimensões fundamentais à compreensão do termo:

1. *A natureza do homem*; בָּשָׂר talvez seja o termo antropológico mais importante e mais usado quando da descrição da natureza externa do homem. Seu uso, dependendo do contexto, pode ser atribuído a “carne” ou “corpo”.

A distinção que é feita entre בָּשָׂר e נֶפֶשׁ, “alma”, é visível especialmente nos textos em que ambas as idéias são usadas para denotar o aspecto externo ou interno do homem. Como exemplo desta distinção, citam-se Jó 14,22, bem como 13,14 e 12,10.¹²

2. *Como um termo denotador de relacionamento*. Nesse sentido, Bratsiotis baseia-se no fato de tudo o que todos os homens têm em comum: a origem comum dos homens (Jó 33,6), sua existência, sua morte (34,15), nascimento (Jó 31,15). De uma maneira geral, todos esses aspectos comuns a todos os homens podem ser denotados como בָּשָׂר, o que leva a uma idéia coletiva condicionada pela carne.

O sentido de relacionamento atribuído a בָּשָׂר é melhor percebido em Gn 2,23, pois a ênfase é dada ao parentesco *de per si*. Em Gn 2,24, בָּשָׂר ganha significado especial: uma referência à monogamia, mas também uma alusão à consumação do casamento.

3. *Natureza e importância do homem*. As características de בָּשָׂר, portanto, são o fato de ser criação, dependente de Deus, de natureza terrena, de ser fraca, inadequada e transitória. Se Deus, “[em cuja] mão está a alma de todo ser vivente e o espírito de todo o gênero humano” (Jó 12,10), “para si recolhesse o seu espírito e o seu sopro” (34,14), “toda a carne juntamente expiraria” (34,15), “em que há fôlego de vida” (Gn 6,17), e os homens “que são pó” (3:,19), “[já] que são carne, vento que passa e já não volta” (Sl 78,39), “retornaria[m] ao pó” (Jó 34,15). Logo, todo homem deveria morrer, posto que é “carne” e “pó”. Então, que “o pó volte à terra, como o era, e o espírito volte a Deus, que o deu” (Ec 12,7). Todas essas características de בָּשָׂר denotam sua natureza, destino e importância definidos ante a Deus.

Apesar de em Eclo 2,3; 5,5(6) בָּשָׂר estar relacionado ao pecado e a questões éticas, há uma exceção em Ez 36,26 em que YHWH promete dar um “novo coração” e um “novo espírito” ao verdadeiro Israel, e retirar de sua carne (בָּשָׂר) o “coração de pedra”, dando-lhe um “coração de carne”.

¹² Ibid, pp. 325-326.

No que tange ao uso teológico¹³ da palavra, Bratsiotis alerta para o fato de que o Antigo Testamento enfatiza que Deus não é בָּשָׂר e O distingue claramente de toda בָּשָׂר. Sempre, pois, que בָּשָׂר é conectado a Deus, a intenção é mostrar a imensa distância e diferença entre a carne e Deus, a total dependência da carne a Deus e a oposição entre os dois termos em apreço. E isso serve para evidenciar a natureza e as características de Deus, especialmente Sua superioridade, eternidade, onipotência, bondade, santidade, providência, etc., ou seja, tudo que se contraponha à natureza e às características humanas.

À exceção de Ez 10,12 (em que בָּשָׂר כל é usado figurativamente para descrever a forma do querubim), בָּשָׂר nunca se refere a um ser celestial. E Deus não precisa se alimentar de בָּשָׂר (Sl 50,13).

Em sua exaltada bondade, que também se manifesta como providência onipotente, Deus é o que “dá alimento a toda carne” (Sl 136,25). Para Deus, que toda carne possa vir e que “toda carne louve o seu santo nome para todo o sempre” (Sl 145,21). Todavia, o Antigo Testamento também fala do perdão de YHWH para com בָּשָׂר. Ele não permite que בָּשָׂר כל pereça na inundação (Gn 6,19; 7,15f; 8,17), a fim de que se possa ser feita uma aliança com בָּשָׂר כל que fosse salva.

Aproximar-se-á. תִּקְרָבוּ. É um eufemismo para sexo (Gn 20,4; Is 8,3; Ez 18,6).

Para descobrir a nudez. לְגִלּוֹת עֶרְוָה. Esse é outro eufemismo para cópula.

O verbo גלה possui dois sentidos: um transitivo, “descobrir, revelar”, e outro intransitivo, “seguir adiante, ir a exílio”.

O verbo recebeu destaque no anúncio profético de julgamento em Amós (1,5; 5,5.27; 6,7; 7,11.17) e em Jeremias (13,19; 20,4; 22,12; 27,20); esse anúncio de julgamento ocorre apenas uma vez no começo da pregação de Isaías (5,13)¹⁴.

Notavelmente, גלה não aparece nesse sentido no Pentateuco, nem em Deuteronômio, onde a expulsão da terra é uma ameaça importante e enfatizada no que tange à desobediência.

No sentido transitivo, גלה “abrir” se refere primeiramente aos órgãos de percepção: “descobrir = abrir” o ouvido (aspecto humano: 1Sm 20,2.12f;

¹³ Ibid., pp. 330-331

¹⁴ Para o sentido intransitivo do verbo, cf. WESTERMANN, C. & ALBERTZ, R., verbete גלה In: JENNI – WESTERMANN, *op. cit.*, vol. I, p. 317.

Rt 4,4; aspecto divino: 1Sm 9,15; 2Sm 7,27 = 1Cr 17,25; Jó 33,16); “expor = abrir” o olho (Nm 24,4.16; cf. Nm 22,31).

Há, ainda, variações para o uso do verbo: “tornar-se visível” (Ez 13,14), “tornar-se conhecido” (Is 23,1); “ser revelado” (Dn 10,1), “expor alguém” (3 vezes em 2Sm 6,20), “mostrar alguém, revelar” (pessoas: 1Sm 14,8, 11; as portas da morte: Jó 38,17).

Além destes usos, o verbo apresenta outros significados: “tornar conhecido, público” (Jr 11,20), “divulgar” (Is 16,3), “descobrir no sentido de encontrar algo perdido” (Jr 49,10), “acusar, punir” (Jó 20,27).

O uso principal, segundo Westermann e Albertz, se refere todavia à proibição sexual. Em muitas passagens, o termo ganha o sentido de “violar”.¹⁵

Essas passagens são importantes para o verbo גלה como um todo, uma vez que ele possuía tom negativo para o povo de Israel: com o complemento עֲרֹוה “vergonha, nudez”, גלה era algo proibido, algo a ser evitado. Essa conotação está diretamente associada ao fato da importância das vestes para o ser humano na visão dos israelitas.

No tocante a עֲרֹוה, R. B. Allen¹⁶ destaca que o verbo ערה é usado nos graus intensivo e causativo com os sentidos de: 1. “desnudar”, “pôr a descoberto”, “expor a nudez”, e 2. “desprover”, no sentido de “esvaziar”, “derramar”, sendo que este último pode ter matiz de morte, a saber: “derramar a alma” (“desamparar”).

No primeiro caso, a nudez se tornou motivo de vergonha no Antigo Testamento após a queda (ou “mergulho”). Assim sendo, depois de Gn 3,7, a nudez passa a ser o fruto mau do pecado, o que torna complicada, segundo Allen, uma defesa bíblica da nudez.

Daí a proibição de descobrir a nudez de qualquer parenta, excluídas, obviamente, as relações legitimadas pelo matrimônio.

Em Sl 137,7 há uma paronomásia quando da zombaria de Edom quanto à Jerusalém: o trecho “arrasai, arrasai-a, até os fundamentos” teria um segundo sentido, qual seja: “desnudai, desnudai-a, até as nádegas”, entendendo-se Israel como uma mulher sendo atacada.

Ziskind oferece uma razão bastante interessante para o uso desses termos:

[Seu autor] desejava que essas proibições fossem absolutas, que transcendessem as leis de estupro, sedução ou

¹⁵ Cf. *Ibid.*, pp. 317-320. Cf., também, BATSIOTIS, N. P., verbete גלה In: BOTTERWECK – RINGGREN, *op. cit.*, vol. II, pp. 476-484.

¹⁶ ALLEN, R. B., verbete עֲרֹוה. In: HARRIS, R. L.; ARCHER, G. L.; WALTKE, B. K., *op. cit.*, pp. 1167-1168.

adultério e que fossem eternas, i.e., que aquela união estabelecida não terminasse com a morte ou com o divórcio (...). Agora, o homem estaria proibido de ter sexo com sua madrasta não apenas durante a vida de seu pai, mas também após a morte deste. Ele também estaria proibido de fazer sexo com sua enteada e com sua cunhada mesmo em face da morte de seu filho ou de seu irmão. (...) As mulheres também não poderiam mais se relacionar com outros homens da família como esposas e concubinas. A viúva, agora, poderia se casar com quem ela desejasse (contanto que fosse com alguém de fora da família) ou podia optar por não querer se casar novamente. (...) As regras proibindo o homem de se casar e, depois, ainda se casar ou fazer concubinas sua mãe, filha ou irmã visavam o fim da poligamia. P não queria a diluição da paz entre irmãs ou entre mãe e filha num ambiente em que essas mulheres fossem forçadas a competir entre si pela atenção dum mesmo homem.¹⁷

v. 7 *a nudez de teu pai*. עֵרְוַת אָבִיךָ. A referência à nudez do pai pode ser explicada (num contexto de proibições sexuais dirigidas ao homem) de algumas maneiras: 1. o filho está penetrando sem permissão nas coisas exclusivas do pai; já que o pai é o cabeça da família, a primeira proibição precisa enfatizar que o crime é contra ele; 2. é um aviso discreto contra a prática homossexual com o pai.¹⁸

A justaposição de pai e mãe também serve a um fim dedutivo. Pelo fato de esta ser a primeira proibição específica da lista, ela apresenta o princípio de consangüinidade e afinidade como as duas bases para as uniões proibidas. Em outras palavras, os parentes paternos e maternos devem ser observados como pessoas com quem a prática sexual é considerada proibida.

A nudez de teu pai e a nudez de tua mãe, não descobrirás .

A proibição é mencionada duas vezes devido à existência de duplo incesto: com o pai (v. 7a) e com a mãe (v. 7b). Também, a ênfase em “ela é sua mãe” necessita de repetição, caracterizando que o incesto com o pai seria secundário.

¹⁷ ZISKIND, J. R., *The Missing Daughter in Leviticus XVIII*, VT 46, 1996, pp. 128-129.

¹⁸ Foi sugerido que o crime de Cam contra seu pai, Noé (“E Cam, pai de Canaã, viu a nudez de seu pai” Gn 9,22a) fora incesto com sua mãe e que Canaã teria sido produto desse incesto. Cf. MILGROM, J., *op. cit.*, pp. 1536-1537

v. 8 *a nudez da mulher de teu pai*. עֲרוֹת אִשְׁת־אָבִיךָ. Fica claro nas leis que essa violação era a maior preocupação, passível de morte (Lv 20,11) e de maldição (Dt 27,20; Ez 22,10). É a única lei sobre incesto mencionada por Dt 23. Como parece não haver proibição à poligamia (que é até presumível nos vv. 9, 11), a mulher do pai não precisa ser a madrasta, com quem o pai se casa após a morte da mãe biológica, pode ser uma segunda mulher assumida pelo pai. E é, principalmente, num casamento poligâmico que um filho crescido se interessa por sua madrasta. Mesmo não havendo nenhuma relação consanguínea sendo violada, a proibição parece surgir da experiência de que essas uniões com a mulher do pai acabavam em desastre, como atestam os casos de Rúben (Gn 35,22; 49,4) e Adonias (1Rs 2,13-25).

Além disso, essa proibição também incluía as concubinas a fim de se evitar que um filho usurpasse a posição do pai (2 Sm 16,21; 1 Rs 2,22; cf. 1 Sm 20,30; 2 Sm 12,8).

Alguns argumentam que a união com a madrasta era permitida se esta fosse viúva. Então, sua função no meio familiar muda. Realmente, se ela não fosse solteira (divorciada ou viúva), o crime seria o adultério, mencionado numa proibição à parte (v. 20). Os códigos do Oriente Médio antigo também distinguiam as ofensas com a mulher durante a vida de seu marido das ofensas após a morte deste.¹⁹

é a nudez de teu pai. עֲרוֹת אָבִיךָ הוּא. Embora haja os que vêem nesta frase uma proibição à parte contra a prática de sodomia com o pai, o que mais evidente parece é o fato que violar a nudez da mulher do pai é apropriar-se indevidamente do que pertence a ele.

v. 9 *a nudez da tua irmã, filha de teu pai ou filha de tua mãe*

עֲרוֹת אֲחוֹתְךָ בֵּת־אָבִיךָ אוֹ בֵּת־אִמֶּךָ

A partícula או revela que a irmã em questão é, na verdade, meia-irmã, ou por parte de pai, ou por parte de mãe.

A Torah revela que casamentos com meias-irmãs eram permitidos antes da revelação no Sinai (Gn 20,12); embora também haja atestação de terem ocorrido depois (Ez 22,11).

De modo diferente, H (Lv 18,9; 20,17) proíbe tal relacionamento, embora nenhum motivo seja dado para a proibição; talvez devido à presença no v. 11, “ela é tua irmã”²⁰.

Talvez, como adverte Bigger, nenhum motivo fosse preciso:

¹⁹ Cf. MILGROM, J., *op. cit.*, p. 1538.

²⁰ Cf. *Ibid.*, p. 1539.

“Irmã ou irmã-por-parte-de-pai poderiam esperar proteção contra investidas sexuais (...), uma vez que um casamento bem-sucedido dependia inteiramente de sua virgindade.”²¹

gerada em casa ou fora [de casa].

מוֹלְדֶת בַּיִת אוּ מוֹלְדֶת חוּץ

Não há muitas dúvidas quanto ao fato de que os antônimos בַּיִת e חוּץ signifiquem “dentro” e “fora”, respectivamente (p. ex.: Gn 6,14; Êx 25,11; 37,2; 1Rs 7,9).

Problema maior está no significado de מוֹלְדֶת. Em virtude da expressão, a frase toda foi interpretada de maneiras diferenciadas, como atesta Milgron: 1. nascimento legítimo ou ilegítimo; 2. nascida por parte teu pai (em casa) ou nascida de outra mulher; 3. criada em casa ou fora de casa; 4. de dentro do clã ou de fora.

Se é correto dizer que a frase toda se refere apenas à “filha de tua mãe”, é possível, por outro lado, perguntar se não há acerto na objeção feita por Bigger:

É pouco provável que a família da meia-irmã permitisse-a sair com sua mãe, uma vez que a filha era um assentamento econômico valioso, capaz de prover um dote substancial.²²

Para Milgrom, a ênfase nesta proibição está em: מוֹלְדֶת חוּץ: apesar de “tua meia-irmã” pertencer a outro clã, ela é a filha de “tua mãe” e, por isso, proibida.

v. 10 nudez da filha do teu filho ou da filha de tua filha

עֲרוֹת בַּת-בֶּנֶךְ אוּ בַת-בְּתוּרָה

Há de se perguntar por que “a filha da filha” está nesta lista, uma vez que sua mãe pode ter se casado fora de seu grupo familiar. Ao que se pode especular que o pai desta “filha da filha” pode ter vivido na casa de seu avô, como Jacó fez com seu sogro, Labão. A proibição estaria, então, destinada ao homem perante seus familiares que vivem juntos, na mesma “casa”.

Milgrom acredita que não faz diferença onde os parentes vivam, mas, sim, sua relação de consangüinidade.²³

Porque é tua nudez. כִּי עֲרוֹתֶךָ הִנֵּה. Embora se possa afirmar com mais razão que esta oração seja mais apropriada à filha do que à neta de seu

²¹ BIGGER, S. F., *The Family Laws of Leviticus 18 in their setting*, JBL 98, 1979, p. 198.

²² MILGROM, J., *op. cit.*, p. 1540.

²³ *Ibid.*, p. 1541.

destinatário, uma vez que esta (ao contrário daquela) não é produto de seus órgãos sexuais propriamente ditos, é adequado também aludir a um padrão moral diferenciado que H impõe em seu texto. Qualquer consangüinidade – ainda que de segunda ou terceira geração – deve ser considerada razão de impedimento do relacionamento sexual e matrimonial.

v. 11 a nudez da filha da mulher de teu pai **עֲרוֹת בַּת־אִשְׁתְּ אָבִיךָ**

A expressão “da mulher de teu pai” denota a madrasta (v. 8; 20,11; Dt 23,1; 27,20). A “irmã” não é a filha da mãe ou do pai do destinatário. Seu pai se casou com outra mulher que tinha uma filha de um casamento anterior; ela é a meia-irmã que o pai cria.

Gerada de teu pai. **מוֹלְדֶת אָבִיךָ**. Segundo Milgrom²⁴, por influência da LXX, o texto foi lido equivocadamente. Não há razão de aparecer a meia-irmã (gerada do pai) novamente, pois ela já foi tratada no v. 9. O mais certo é tratar-se de uma filha da esposa do pai que não é filha do pai do destinatário e sim de um matrimônio anterior, do qual a mãe provavelmente é viúva. Não haveria, assim, qualquer laço de parentesco.

Ela é tua irmã. **אָחוֹתְךָ הִיא**. Embora não haja parentesco, a “irmã” pertence ao clã do pai, uma vez que sua mãe foi assumida na condição de esposa. Por isso, por pertencer ao pai, é inacessível ao filho deste.

v. 12 *a irmã de teu pai.* **אָחוֹת־אָבִיךָ**. Como a tia comumente não vivia no mesmo clã, já que passava a pertencer a outra família, é possível concluir que a proibição aqui descrita tenha como motivação a relação de parentesco, o que fica mais claro com a segunda parte do versículo:

Ela é parenta de teu pai. **שֵׂאִר אָבִיךָ הִיא**

v. 13 *a irmã de tua mãe.* **אָחוֹת־אִמֶּךָ**. A proibição é para relacionamentos entre sobrinhos e tias. Entretanto, uniões entre tios e sobrinhas foram permitidas, p. ex., Naor e Milcah, filha de seu irmão Haran (Gn 11,29); e Othniel e Acsa, filha de Caleb (Js 15,17; Jz 1,13).

Mesmo havendo dificuldade na aplicabilidade de uma lei como essa em Israel, já que as tias passariam a viver em outro clã e, portanto, poderiam perfeitamente constituir esse novo clã mesmo com um sobrinho, o texto – a exemplo do comentado no v. 12 – assenta suas proibições especialmente

²⁴ Ibid., p. 1542.



sobre a relação de parentesco, o que fica bem evidente, novamente, na segunda metade do versículo: *é parenta de sua mãe*. שָׂאֵר אִמִּךָ.

v. 14 É interessante observar a estrutura proposta por M. Hildenbrand²⁵ para esse versículo:

A	עֲרוֹת אֶחָיִאָבִיךָ	A nudez do irmão de teu pai
B	לֹא תִגְלֶה	não descobrirás
X	אֶל-אִשְׁתּוֹ	à sua mulher
B'	לֹא תִקְרָב	não te chegarás
A'	דִּרְתֶּךָ הִוא	tua tia é ela

A tia é identificada três vezes ("a nudez do irmão de teu pai", "à sua mulher" e "ela é tua tia"). BB' fazem declarações equivalentes.

Tua tia. דִּרְתֶּךָ. Não pode passar despercebido o fato de que a racionalidade esperada em “ela é a nudez do seu tio paterno” – conforme a lógica dos outros versículos – está ausente. E parece que tal omissão é proposital. Ela reflete a posição todo poderosa do tio paterno na família. Van der Toorn²⁶ sugere que o tio era o *pater familias* que presidia o banquete familiar. Foi para quem, p. ex., Saul primeiramente deu satisfações sobre sua busca pelas jumentas perdidas (1 Sm 10,14-16), em vez de dá-las ao próprio pai.

v. 15 *sua nora*, כְּבִלְתֶּךָ; *a esposa de seu filho*. אִשְׁתּוֹ בְנֶךָ. Diferente da estrutura do v. 16, p. ex., em que a esposa do irmão é designada como ‘nudez do (próprio) irmão’, aqui não é colocado como עֲרוֹת בְּנֶךָ *a nudez do seu filho*. Talvez porque como o termo também pode significar "noiva" (cf. Is 49,18; 61,10; 62,5; Jr 2,23; 7,34), o texto tinha neste caso que especificar que ela é "a esposa de seu filho".²⁷

Não descubra sua nudez. לֹא תִגְלֶה עֲרוֹתָהּ. A repetição da locução se dá devido à inserção do motivo "ela é esposa de seu filho".

²⁵ M. Hildenbrand *apud*, MILGROM, J., *op. cit.*, p. 1543.

²⁶ VAN DER TOORN, K., *Family Religion in Babilonia, Syria and Israel*. Leiden, 1996, p. 216.

²⁷ RATTRAY, S., *Marriage Rules, Kinship Terms and Family Structure in the Bible*, In: SBLSP, 26, 1987, p. 540.

v. 16 *a esposa de seu irmão*. אִשְׁת־אָחִיךָ. A presença de um irmão mais novo casado na casa não deve ser razão de estranheza, já que nem sempre lhe era dada a oportunidade de chefiar a sua própria.

Seria de se questionar se esse verso apresenta oposição ao *levirato* (Dt 25,5-9), instituição atestada tanto em Israel quanto no antigo Oriente (cf. Gn 38; Rt 4; Mt 22,23-33). De um lado, pode-se aduzir que não há oposição na medida em que estar-se-ia subentendido que o irmão está vivo; por outro lado, há a possibilidade de se considerar que H não haveria permitido casamentos dentro da mesma família, já que quando seu irmão se casa, sua esposa se torna uma "parente de sangue" (daí então a repetição "é a nudez de seu irmão") e a morte dele é irrelevante²⁸.

v. 17 Do ponto de vista tanto do conteúdo quanto da estrutura, o v. 17 representa uma transição. As relações consanguíneas terminam com v. 16, mas a sua fórmula (לֹא תִגְלֶה ... עֵרְוָה) persiste em v. 17a, o que aponta para o fato de que a mudança começa no v. 17b.

A mudança, no entanto, é gradual: a expressão לְגִלוֹת עֵרְוָתָהּ persiste em três outros casos (vv. 17b, 18, 19); isto é, ainda é o mesmo ato vergonhoso. Depois do v. 20, todas as características prévias desaparecem, mas o objeto proibido ainda precede o predicado (exceto no v. 21). A sintaxe singular da proibição final e a sua mudança para a terceira pessoa se devem ao fato de que ela está direcionada às mulheres; todas as proibições prévias são direcionadas aos homens.²⁹

Uma mulher e sua filha. אִשָּׁה וּבִתָּהּ. A questão que se deve colocar é: o destinatário da lei assumiu ou casou com a segunda mulher enquanto a primeira ainda estava viva ou depois de sua morte? A segunda opção deve ser eliminada por motivos legais: se a filha tivesse morrido, ele se uniria à sua sogra, união que não é proibida nesta lista. Mas se a mãe tivesse morrido, ele estaria se unindo à sua enteada, novamente uma união que não é proibida.

Mas não estariam estas duas uniões proibidas no 20,14? Ali lemos:

Um homem que tomar uma mulher e sua mãe, maldade (incesto) é; no fogo queimarão a ele e a elas, para que não haja maldade (incesto) no meio vós.

²⁸ Cf. MILGROM, J., *op. cit.*, p. 1545.

²⁹ Cf. *Idib.*, p. 1546.

As palavras “a ele e a elas” indicam que ambas as mulheres estão vivas. Portanto é permitido casar com uma delas apenas depois da morte da outra. O plural indica que ambas as mulheres casaram-se simultaneamente e, portanto, ambas são culpadas.

A violação desta proibição é punida de uma maneira mais severa, “queimar na fogueira” (20,14), talvez porque ela leve à promiscuidade na casa do pai.

Não tomarás para lhe descobrir a nudez. **לֹא תִקַּח לְגִלוֹת עֶרְוֹתָהּ.**

O verbo **לִקַּח** pode ou não se referir a casamento, dependendo do contexto em que é encontrado.

Para Fabry³⁰, o significado fundamental do verbo **לִקַּח** “tomar” demonstra uma considerável flexibilidade. O uso freqüente desse verbo para antecipar um verbo subsequente que realmente descreve o ato desejado (quase como um *verbum relativum*) sugere que a ênfase esteja sob responsabilidade do sujeito daquela ação. Por assim dizer, o verbo evoca frequentemente a idéia ou o aspecto de iniciativa no que tange às ações de uma pessoa.

1.2. Levítico 20 – Comentário

A respeito do capítulo 20, M. Hildenbrand³¹ enxerga uma estrutura concêntrica com o seguinte desenho:

- A Culto a Molek e necromancia (vv. 1-6)
 - B Santificação (v. 7)
 - C Exortação a obediência (v. 8)
 - X Penalidades para violações (vv. 9-21)
 - C’ Exortação a obediência (vv. 22-25)
 - B’ Santificação (v. 26)
 - A’ Necromancia (v. 27)

Em observação ao centro da estrutura, e para efeito de apresentação mais concisa e objetiva serão destacados os vv. 9-21 por referirem-se diretamente às proibições e suas respectivas penalidades, especialmente os vv. 11, 12, 14, 17, 19, 20 e 21 por conterem a temática das relações sexuais ilícitas.

³⁰ FABRY, verbete *lāqah*, BOTTERWECK – RINGGREN, *op. cit.*, pp.17-21.

³¹ HILDENBRAND, M., *apud* MILGROM, J., *op.cit.*, p. 1728.

A ordem das proibições em Lv 20 difere claramente da ordem do capítulo 18, pois seu princípio de organização também é diferente. O capítulo 20 é organizado de acordo com as penas, baseado na gravidade do crime:

- morte [três casos de adultério, vv. 10-12; sodomia, v. 13; união de um homem com uma mulher e sua mãe, v. 14; união com animais, vv. 15-16];
- exílio [meia-irmã, v. 17; mulher menstruada, v. 18; tia, v. 19?];
- impossibilidade de ter filhos [esposa de tio paterno, v. 20; cunhada, v. 21].

As proibições, como mencionadas a seguir³², estão listadas de acordo com suas penas, a saber:

Causa Principal: Desonra dos Pais (v. 9)

A. Proibições cuja infração é punida com a morte (vv. 10-16)

1. adultério (v. 10)
2. incesto (vv. 11-12)
 - a. sexo com a esposa do pai (v. 11)
 - b. sexo com a nora (v. 12)
3. homossexualidade masculina (v. 13)
4. união de um homem com uma mulher e a mãe desta (v. 14)
5. sexo com animais (bestialidade) (vv. 15-16)
 - a. praticado por um homem (v. 15)
 - b. praticado por uma mulher (v. 16)

B. Proibições cuja infração é punida com o exílio (vv. 17-19)

1. casamento com a irmã (v. 17)
2. sexo durante a menstruação (v. 18)
3. sexo com tia paterna ou materna (v. 19)

C. Proibições cuja infração é punida com a incapacidade de se ter filhos (vv. 20-21)

1. sexo com a esposa do tio (v. 20)
2. casamento com a cunhada (v. 21)

M. Hildenbrand³³ também considera que as proibições estão organizadas numa estrutura introvertida (quiástica)³⁴, como segue:

³² Cf. MILGROM, J., *op. cit.*, p. 1743.

³³ Cf. MILGROM, J., *op. cit.*, p. 1744.

³⁴ Essa estrutura é simetricamente equilibrada: AA' (três versos cada); BB' e CC' (um verso cada) e X (dois versos). O atrativo repousa em AA'. Apenas o terceiro elemento de cada série traz um termo condenatório: o sexo com a nora é chamado לְבַת־אִמִּי (v. 12); o sexo com a esposa do irmão é chamado אִשְׁתִּי־אֶחָיו – exatamente o mesmo termo utilizado para o sexo com a mulher menstruada (v. 18). Vocabulário condenatório também é registrado em CC' e em B (mas não

A. Relações familiares

Adulterio (v. 10)

Esposa do pai (v. 11)

Nora, תַּבִּיל (v. 12)

B. Relações com pessoas de fora da família

Homossexualidade (v. 13)

C. Relações familiares

Homem e a mulher e a mãe desta (v. 14)

X Relações não-familiares

Bestialidade masculina (v. 15)

Bestialidade feminina (v. 16)

C' Relações familiares

Irmã, תַּסִּיד (v. 17)

B' Relações com pessoas de fora da família

Com mulher menstruada (v. 18)

A' Relações familiares

Com a irmã do pai ou da mãe (v. 19)

Com a esposa do tio (v. 20)

Com a esposa do irmão, נִדְהָה (v. 21)

v. 11 *a mulher de seu pai*. אִשְׁתּוֹ אָבִיו. A referência à mulher do pai faz com que esse verso seja paralelo de 18, 7-8. Porém, aqui a referência é exclusivamente à *mulher do pai* e não, também (como em 18,7), à própria *mãe*. Isso pode significar que o incesto com a própria mãe é crime tão grave que a pena de morte é dada como certa.

O sexo com a mãe, com a filha ou com a irmã era abominado no Antigo Oriente Próximo, inclusive em Israel³⁵. Por isso, S. Rattray³⁶ apresenta a seguinte explicação: a falta de referência dessas três pessoas é devida ao fato de serem as parentes próximas do destinatário; elas estão incluídas na expressão אֶל-כָּל-שָׂאֵר בְּשָׂרוֹ, literalmente *toda carne de tua carne*. Logo, não merecem item nem nas proibições nem nas punições. Sua

em B', onde, de acordo com a lógica, deveria haver). A resposta, de acordo com a hipótese de Hildenbrand, esta na estrutura: תַּדְהָה fora retirado de seu lugar (do verso 18 para o 21) a fim de se estabelecer uma simetria para AA'. Os pontos fracos dessa estrutura não devem, porém, ser desprezados: a alternância entre relação familiar/não-familiar é sem sentido, e o posicionamento da bestialidade no centro não tem explicação, particularmente sob o ponto de vista da falta de um termo condenatório (compare 18,23).

³⁵ MILGROM, J., *op. cit.*, p. 1749.

³⁶ RATTRAY, S., *Marriage Rules, Kinship Terms and Family Structure in the Bible*, In: SBLSP, 26, 1987, p. 540.

proibição e punição estão inferidas. A presença da mãe em 18,7 é explicada (como apresentado no comentário) pelo fato de o filho estar penetrando sem permissão nas coisas exclusivas do pai; já que o pai é o cabeça da família, é necessário enfatizar que, em última análise, o crime é contra ele.

Há de se perguntar, entretanto, se esta explicação é suficiente. Porque a ausência da mãe, da irmã e da filha nessas listas? A simples referência às questões de propriedade não podem faltar, dado que na sociedade israelita, de fato, o pai encontra-se no centro da casa, especialmente no que diz respeito à propriedade. As mulheres pertencem ao pai, desde que não sejam casadas com outros; daí a proibição de incesto com mulheres que pertencem ao filho, ao tio etc. Mas é possível, também, que haja outros interesses na supostamente deliberada omissão dessas mulheres.³⁷

A nudez de seu pai terá descoberto. עֲרוֹת אָבִיו גְּלָהּ. A expressão enfatiza a natureza abominável desse crime, mais do que por razões morais, precisamente por referir-se ao que pertence ao pai.

Ambos . . . sobre eles. שְׁנֵיהֶם . . . בָּם. Os termos revelam que a culpa da mulher em questão é inferida pelo seu consentimento. Daí a pena para os dois.

v. 12 Aqui fica claro que a proibição existe para proteger o patrimônio. A mulher em cena pertence ao filho. Esta violação é denominada תְּבִילָה e é punida com a morte (20,12). Ezequiel a chama de זִמָּה (Ez 22,11), a mesma designação usada para uniões com mães e filhas em Lv 18,17a.

Confusão. תְּבִילָה. O vocábulo aparece no Antigo Testamento apenas duas vezes. Nesta passagem (Lv 20,12) e em Lv 18,23. “Ambos os casos dizem respeito à inversão da ordem das coisas pretendida por Deus quanto à sexualidade. Lv 18,23 assim denomina a bestialidade, e Lv 20,12 usa esse termo para se referir a qualquer relação sexual com a nora, isto é, incesto.”³⁸

Assumindo-se que a raiz seja בלל ‘misturar’, Rashi³⁹ (em comentário sobre o 18,23, onde ocorre proibição de bestialidade) comenta que os sêmens do pai e do filho foram misturados. A expressão aparece para exprimir o caráter vergonhoso de uma tal relação decorrida.

³⁷ A questão será apontada no item 4.2 (com seus respectivos sub-títulos).

³⁸ KAISER, W. C., verbete *balal*. In: HARRIS, R. L.; ARCHER, G. L.; WALTKE, B. K., *op. cit.*, p. 187.

³⁹ MILGROM, J., *op. cit.*, p. 1749.

בלל é um termo ritualista usado para se referir à mistura do óleo com farinha ou à porção da oferta do cereal até que cada parte da farinha fosse misturada e untada com óleo (cf. Ex 29, 2.40; Lv, 2.4.5; 7).⁴⁰

O verbo ocorre, ainda, numa forma *hithpael* em Os 7,8, onde a tradução segue um sentido como o de “misturar-se com outros povos”.

A única passagem, segundo W. C. Kaiser, em que בלל tem o sentido de confundir está em Gn 11,7: “desçamos e confundamos a sua liguagem”; daí o belo jogo de palavras (assonância) de Gn 11,9, em que *Babel* soa como resultado do lugar em houve confusão, *balal*.⁴¹

Além de תִּבְּלָה, outros termos condenatórios nessa lista são תוֹעֵבָה (v. 13, 18,30b) e זִמָּה (v. 14). Eles refletem a cultura da vergonha de Israel, atuando como elementos atemorizantes. Esses três termos também aparecem em Lv 18,17f, 22c e 23e. O que há de diferente entre essas duas listas é o fato de o capítulo 20 adicionar penas no caso de o simples temor falhar.

O termo תוֹעֵבָה é praticamente ausente nas leis antigas, nas narrativas pré-exílicas (apenas em Gn 43,32; 46,34; Êx 8,22 em referência aos egípcios), nos primeiros profetas (apenas Is 1,13; talvez também Jr 2,7; 6,15; 8,12) e em salmos (apenas Sl 88,9).

Assim, o uso teológico de תוֹעֵבָה se torna compreensível: algumas coisas são incompatíveis com a natureza de YHWH e, por isso, são rejeitadas por ele (Sl 5,7; 106,40; Dt 12,31, 22,5, 25,16; Is 61,8; Jr 12,8; Am 5,21).

No campo ritualístico, estranhas práticas e objetos são tabus condenados (Dt 23,19; 7,25f.; 12,31; 17,1; 14,3; Ez 22,11).

Também se devia abominar pessoas mentirosas (Pr 12,22), arrogantes (16,5), por serem “abomináveis e corruptas” (Jó 15,16) e mantê-las isoladas. Em algumas circunstâncias, a comunidade legal bane tais pessoas (Dt 22,5; 25,15).

v. 14

Tomar. יָקַח, de לָקַח. ‘tomar’ pode também significar ‘casar’.

Ramban⁴², todavia, interpreta a palavra como “aproveitar-se de”, sob a prerrogativa de que as mulheres, vivendo no clã e debaixo da autoridade do destinatário das leis, estariam vulneráveis à vontade do homem.

⁴⁰ KAISER, W. C., verbete *balal*. In: HARRIS, R. L.; ARCHER, G. L.; WALTKE, B. K., *op. cit.*, p. 186.

⁴¹ *Ibid.*

⁴² Cf. MILGROM, J., *op. cit.*, p. 1750.

A isso há de se objetar perguntando por que o vocábulo לקה não fora usado nos versos 18,17a; 20,11.12, que citam mulheres em circunstâncias similares. Por outro lado, por que לקה é usado para a cunhada (20,21), que aparentemente reside sozinha, na casa de seu falecido marido? Acima de tudo, pode-se perguntar: se o capítulo 20 rotula o ato sexual sob o verbo שכב (vv. 11, 12, 13, 18, 20), então por que o termo não fora empregado aqui?

A essas questões, Milgrom responde:

O fato de ambas as mulheres terem sido condenadas à morte significa que ambas deram seu consentimento (i.e., em se casar). Mas se o homem exerceu sua autoridade para “aproveitar-se” delas, existe a possibilidade de que tenham sido forçadas e, portanto, não serem culpadas (cf. Dt 22,26).⁴³

Maldade. זמה. O mesmo termo é usado para condenar o casamento com mãe e filha (18,17f).

No fogo queimarão. באש ישרפו. A pena a que são condenados é a cremação, o que difere dos versos anteriores e posteriores em que a punição é מות יומתו .

A condenação de morrer queimado aparece em Gn 38,24; Jz 14,15; 15,6. Hartley⁴⁴ sugere que o fogo talvez tenha sido seguido de execução (por apedrejamento), como atesta o caso de Acor (Js 7,15.25), a fim de privar o infrator de ter um funeral apropriado, decente. Porém, não há evidências de que os restos de Acor e de sua família não tenham sido enterrados.

v. 17 *tomar.* יקה. Provavelmente, o destinatário devia considerar que o casamento com uma meia-irmã não era tido por violação. De fato, se ela é a irmã cujo pai ou cuja mãe pertence a um clã diferente, a união com ela seria permitida (como se pode inferir a partir de 18,11). Além disso, o relacionamento de Abraão e Sarah (Gn 20,12) e o (desejado) entre Amnon e Tamar (2 Sm 13,13), bem como sua repetida proibição nos códigos (18,9.11; 20,17; Dt 27,22), indicam que o casamento com meias-irmãs era, sim, praticado.

Novamente há de se destacar o fato de que o ato sexual com uma filha ou com uma irmã não é mencionado, assim como acontece no capítulo 18. Por inferência – segundo a lista de punições do capítulo 20 – o incesto com a

⁴³ Ibid.

⁴⁴ HARTLEY, J. E., *op. cit.*, p. 290.

irmã (do mesmo pai e da mesma mãe) ou com a filha deveria implicar em pena de morte. Porque não há referência direta? Milgrom sugere:

A única hipótese que me ocorre é que essas duas uniões não estavam sujeitas a sanções humanas. A irmã e a filha solteira estão sob o controle completo do destinatário. Essas uniões seriam conduzidas sigilosamente. Mesmo que outras pessoas ficassem sabendo, quem iria ou poderia executar o homem? Talvez isso explique a falta de especificação em 18,6, no qual as uniões em apreço são inferidas mas não nomeadas pela expressão **שָׂאָר בְּשָׂרוֹ**. Entretanto, apesar de o praticante não poder ser punido por uma corte humana, ele é submetido a **כרת** (*karet*) na divina corte (18,29).⁴⁵

E vir a nudez dela e ela vir a nudez dele.

וְרָאָה אֶת-עֶרְוַתָּהּ וְהִיא-תִּרְאֶה אֶת-עֶרְוַתּוֹ

O duplo eufemismo é empregado para indicar que o casamento era desejado e consumado por ambas as partes⁴⁶. O que está em concordância com Melcher⁴⁷.

Essa expressão é excepcional porque **וְרָאָה אֶת-עֶרְוַתָּהּ** ‘ele vir a nudez dela’ não significa que ele tenha jurisdição sobre os órgãos sexuais dela (como em 18,10.14.16). Ao invés disso, indica uma igualdade entre homem e mulher. Ambos são igualmente culpados quanto ao seu comportamento sexual.

Para dar suporte à hipótese de Melcher, segundo Milgrom, existe o fato de que essa é a única proibição nos capítulos 18 e 20 que usa o verbo **רָאָה**, um sinônimo de **גָּלָה** e, portanto, um eufemismo para um ato sexual ilícito.

Vergonha é **הוּא הַסֵּד**. Este homônimo de **הַסֵּד** ‘bondade, generosidade’ é atestado outras duas vezes na Escritura: “Pleiteia a tua causa diretamente com o teu próximo e não descubras o segredo de outrem; para que não te vitupere [insulte] aquele que te ouvir, e não se te apegue a tua infâmia” (Pv 25,9-10); “o pecado é o opróbrio [desonra, torpeza] dos povos” (Pv 14,34).

⁴⁵ MILGROM, J., *op. cit.*, p. 1753.

⁴⁶ *Ibid.*, p. 1753, cita *Sipra Qedoshtin*, 11,11

⁴⁷ MELCHER, J. S., *The Holiness Code and Human Sexuality*, 1996, p. 94.

A bibliografia de referência⁴⁸ discorre longamente sobre חֶסֶד em seu sentido mais usual no Antigo Testamento. O máximo que informa é sobre a ocorrência da palavra no sentido *negativo* nas referências já mencionadas.

Seguindo as observações de Zobel⁴⁹, o significado de חֶסֶד está estreitamente ligado à *relação, relacionamento, interação*. Por exemplo, em Gn 24,12 (... כִּי־עָשִׂיתָ חֶסֶד עִם־אֲדֹנָי). Nessa expressão, como em algumas outras⁵⁰, חֶסֶד está acompanhado de עִם e do verbo עָשָׂה. A idéia presente nos textos é que X use/faça חֶסֶד para com Y. Essa observação já bastaria para revelar que חֶסֶד está diretamente associado à esfera dos relacionamentos humanos, onde חֶסֶד é, também, realizado.

Nesse mesmo raciocínio, Zobel acrescenta que este relacionamento interpessoal é, mais precisamente, uma relação entre *parentes* (Gn 20,13: Abraão e Sarah; Gn 24,49: Isaac e Labão; Gn 47,29: José e Jacó; etc); entre *amigos* (I Sm 20,8.14: Davi e Jonatas; etc); e entre *duas partes distintas* (Gn 40,14: José e o prisioneiro; etc).

Diante dessas observações de Zobel, e em virtude da praticamente inexistente bibliografia sobre o uso do termo nesse sentido, seria possível sugerir que a fórmula הוּא חֶסֶד é uma espécie de constatação: o irmão viu a nudez de sua irmã e essa viu a nudez do primeiro. Trata-se de uma *via de mão-dupla*. Tanto o destinatário da Lei foi ativo na violação da prescrição, como a suposta vítima. É como se não houvesse criminoso e vítima; ambos são responsáveis pela *relação* sexual ilícita. Embora חֶסֶד seja freqüentemente usado no sentido *positivo*, quando se trata dos casos mencionados acima, experiências de interação entre partes, não poderia haver um uso variado da palavra, em que está subentendida a idéia básica de *relacionamento*, mas sob um enfoque condenatório?

serão eliminados aos olhos dos filhos do seu povo.

וְנִכְרְתוּ לְעֵינֵי בְנֵי עַמָּם

A publicidade da punição está diametralmente oposta a sigilosidade do crime: eles coabitaram secretamente, por isso, deverão ser punidos em público. Analogamente, “*porque tu [Davi] o fizeste em oculto, mas eu farei isto perante todo Israel e perante o sol*” (II Sm 12,12).

⁴⁸ HARRIS, R. L.; ARCHER, G. L.; WALTKE, B. K., *op. cit.*, 1998; ou JENNI – WESTERMANN, *op. cit.*, 1997; e, ainda, BOTTERWECK – RINGGREN, *op. cit.*, 1977; além dos inúmeros *comentários*.

⁴⁹ ZOBEL, H. –J., verbete *hesed*. In: BOTTERWECK – RINGGREN, *op. cit.*, vol. V, pp. 46-47.

⁵⁰ Gn 19,19; 20,13; 21,23; 40,14; 47,29; Js 2,12; etc.

vv. 19-21

O que aproxima os vv. 19-21 e a razão de serem colocados no final da lista é o fato de suas penas serem (no esquema do compilador) as mais brandas, as menos severas.

v. 19 *não descobrirás*. לֹא תִגְלֶה. É possível considerar a lei do v. 19a como um apêndice, devido ao seu estilo apodítico, evidente, irrefutável e à segunda pessoa do discurso. O v. 19e, porém, volta à terceira pessoa do discurso, o que pode ser uma influência do 18,23.

Segundo M. Hildrenbrand,

É provável que a mudança para a segunda pessoa seja parte de uma tentativa de distinguir essa proibição do resto das outras por seu contexto, estilo e vocabulário. É a única proibição da lista que não inicia por אִישׁ אֲשֶׁר. Ao contrário: o versículo usa o trecho וְעֵרֹת אַחֹת, que é o reflexo do começo da mesma proibição em 18,12-13. Esse é um indício forte de que H (enquanto redator) fez a lista do capítulo 20 com a lista do 18 em mãos. Que ele tinha o 18,12-13 em mente é indicado à frente pelo uso de שְׂאֵר, unicamente nessa proibição.⁵¹

Irmã de tua mãe e da irmã de teu pai. As tias são listadas quiasticamente em relação ao 18,12-13. Talvez, segundo a tradição rabínica⁵², a mãe aqui é mencionada primeiro a fim de indicar que a pena (logo, a violação) é semelhante a referente ao pai.

Porque sua parenta desnudou. כִּי אֶת־שְׂאֵרָהּ הִעָרָה, literalmente “porquanto ele descobriu sua própria carne.” A mudança de sujeito (da 2ª pessoa para a 3ª pessoa) indica que o foco passa a estar não mais na pessoa, mas no ato. Essa oração relembra que essas tias não são as esposas do tio (tias por afinidade), mas as irmãs do pai e/ou da mãe (são tias por consaguinidade).

Punição terão. עֹנָם. A pena não é específica, nem clara. A posição do v. 19 entre as violações por כָּרַת (vv. 17-18) e por עֲרִירֵי (vv. 20-21) deixa a impressão, segundo Milgrom⁵³, de que o legislador estava inseguro (!) quanto a que grupo essa lei pertenceria.

⁵¹ HILDENBRAND, M., *apud* MILGROM, J., *op. cit.*, p. 1756.

⁵² MILGROM, J., *op. cit.*, p. 1756, cita Sipra Qedoshin, 11,4.

⁵³ *Ibid.*, p. 1757.

v. 20 *sua tia*. דְּרָתוֹ. Literalmente, ‘a mulher do tio’. Há de se destacar que a esposa do irmão da mãe fica de fora. Já que ela não apresenta relação consanguínea nem relação por afinidade, o casamento com ela não é proibido (cf. 18,14).

Seu pecado sobre si levarão. יִשְׂאוּ הַטָּאָם. A expressão não é uma pena, mas uma fórmula declaratória que diz que a punição virá a seguir.

Sem filhos morrerão. עֲרִירִים יָמָתוּ. Essa tradução/interpretação influenciada pela LXX é ostensivamente rejeitada por Jr 22,30, que declara Jeconias (= Jeoaquim) como עֲרִירִי apesar de sua linhagem ter continuado (I Cr 3,17-18). Muitos estudiosos tentam resolver essa contradição argumentando que Jeoaquim não será apenas impossibilitado de ter filhos, como também impossibilitado de ser rei; ou seja, sua progenidade não se sentará no trono de Davi.

Etimologicamente, porém, עֲרִירִי significa ‘desprovido’; em Jr 22,30 significa ‘desprovido de direitos’. É possível propor que, aqui, o significado também seja ‘desprovido de direitos’, embora se admita que em Gn 15,2 depreenda-se que Abraão seja desprovido de filhos. Entre os direitos, está a descendência!⁵⁴

A Bíblia retrata as crianças (especialmente as de sexo masculino) como recompensa pela obediência aos mandamentos divinos (Sl 127,3; 128,3-4). Por outro lado, a mulher estéril goza de absoluta reprovação (p. ex.: Sara, Gn 16,2; Rebeca, 25,21; Raquel, Gn 30,1; Ana, 1 Sm 1,5-11) em contraste com a fecundidade das concubinas e outras esposas (Hagar, Gn 16,4; Quetura, 25,1-2; Lia, Bila, Diná, 29,31 – 30,21; Penina, 1 Sm 1,2).

A pena de עֲרִירִי é um nível abaixo menos severa que נְכַרְתָּ (vv. 17-19); ambas, porém, prediziam a infertilidade.

Não é por outra razão que ‘não ter descendência’ sirva de punição divina por violações sexuais. Pelo adultério quase consumado de Abimeleque, Deus impôs barreiras em sua mulher e concubinas (Gn 20,17-18). Uma suspeita de adultério é atacada com esterilidade (Nm 5,22.27).

Por fim,

Em que as punições עֲרִירִי ‘infertilidade’ e נְכַרְתָּ ‘impossibilidade, corte’ diferem entre si? A diferença, creio, é sutil, mas crucial. Quem é נְכַרְתָּ não apenas é tolhido de continuar sua linhagem, mas é ‘impossibilitado, cortado’ de juntar-se aos seus ancestrais. Quem é עֲרִירִי pode se juntar aos seus ancestrais. Mas qual é a vantagem? No

⁵⁴ Cf. Ibid.

נִכְרַת, ele apenas pode comungar do e unir-se ao lamento de Absalão: “Filho nenhum tenho para conservar a memória do meu nome” (2 Sm 18,18; cf. Is 56,4-5).⁵⁵

v. 21 e um homem que tomar a mulher de seu irmão.

וְאִישׁ אֲשֶׁר יִקַּח אֶת-אִשְׁתּוֹ אָחִיו

O Targum acrescenta “durante a vida dele”, tornando esse caso um adultério, a fim de eliminar qualquer contradição com o levirato (Dt 25,5).

Sobre se este verso rejeita a instrução do levirato, é possível propor que não, sob a prerrogativa de que esta lei se refere a um caso em que a mulher já teve um filho⁵⁶ e, por isso, ficou impossibilitada de participar de um casamento levirato (Dt 25,5). Por outro lado, há de se questionar sobre o porquê de ser a pena prevista “sem filhos viverão”. Ora, se viverá sem filhos, como é possível já ter tido um filho num suposto casamento anterior?

Há, honestamente, dúvidas se H não condena o levirato. Não parece haver nada nesse verso que indique que essa mulher realmente teve filhos no casamento do qual supostamente é viúva.

Impureza. נִדָּה. Os rabinos crêem que este termo foi mencionado apenas para a cunhada (viúva) devido à correspondência com o seu caso: relações sexuais eram permitidas somente após a morte de seu marido e com o irmão dele⁵⁷.

2. O silêncio sobre as filhas

2.1. Explicações e objeções de caráter literário

1. Segundo alguns autores⁵⁸, a explicação estaria num erro no processo de transmissão do texto. A omissão seria resultado de uma acidental lacuna deixada por um copista desatento.

2. A hipótese levantada por G. J. Wenham parte do princípio que, embora não esteja explicitamente citada, a relação incestuosa com a filha é

⁵⁵ Ibid., p. 1758.

⁵⁶ Os samaritanos, de acordo com os rabinos (*b. Qid.* 76a), aprovam o levirato sob a condição de que a viúva não tenha tido filhos e cujo marido tenha morrido após o acordo nupcial. Porém, se seu marido morreu após a consumação do matrimônio, o levirato era proibido. cf. MILGROM, J., *op. cit.*, p. 1758.

⁵⁷ Cf. Ibid., p. 1758.

⁵⁸ Cf. NEUFELD, E., *Ancient Hebrew Marriages Laws*, London, 1944, pp. 198-199; NOORDTZJ, A., *Leviticus*, p. 185; PORTER, J. R., *Leviticus*, p. 146.

proibida no Antigo Testamento pelo simples fato de que tanto CH 154, quanto nas Leis Hititas (LH 195), sejam taxativos quanto à situação.⁵⁹

3. Uma terceira possibilidade é levantada pelos que acreditam que a proibição do incesto “pai-filha” está inferido por outras proibições contidas nos textos. Por exemplo, se se proíbe a relação com a neta, a fortiori, está proibida a relação com a filha. Em concreto, os sábios judeus teriam feito derivar, por afinidade temática, a proibição com a filha de outras proibições com outros parentes.⁶⁰

4. Outra hipótese já aventada está relacionada a questões de natureza estrutural dos textos. Segundo Bigger e Elliger, o autor quis manter um ritmo de dez ou doze proibições e, portanto, suprimiu o interdito com a filha.⁶¹

5. Quanto à omissão de menção à filha e, também, à irmã consanguínea, Milgrom⁶² considera que a chave para compreensão está no verso inicial das proibições incestuosas (v. 6): “nenhum homem se chegará a qualquer parenta de sua carne”. Em Lv 21,2, tem-se a lista dos “parentes de carne”: mãe, pai, filho, filha, irmão e irmã virgem (não-casada). Então, mãe, irmã e filha, como parentas mais chegadas, estão automaticamente proibidas em Lv 18,6.

Além disso, **1)** a relação estaria subentendida em Lv 18,17 (apesar de não mencionar a ligação biológica entre a filha da esposa e o homem); **2)** a relação estaria, novamente, subentendida em Lv 18,10 por paralelismo entre Lv 18,17 e 18,10 e; **3)** a relação estaria mencionada em Lv 19,29: “Não contaminarás a tua filha, fazendo-a prostituir-se”⁶³.

O propósito da lista de Lv 18 é indicar quem mais está proibido por extensão.

6. Há autores⁶⁴ que vêem na ausência da filha razões sócio-econômicas: a lei é oriunda de um tempo pré-bíblico, em que uma tal prática seria permitida, ou, ao menos, tolerada. Apenas as mulheres listadas no texto seriam proibidas aos homens. Mas são sabedores que, num contexto mais amplo, a Torah condena tal relacionamento, já que em Ex 22,16-17 e em Dt 22, 13-21 está sob a responsabilidade do pai assegurar a virgindade da filha até seu matrimônio, quando por ela haveria um dote.

⁵⁹ Cf. WENHAM, G. J., *op. cit.*, p. 254.

⁶⁰ Cf. EPSTEIN, L., *Marriage Laws in the Bible*, p. 228; LEVINE, B. A., *Leviticus*. p. 120; MEACHAM, T., *The Missing Daughter*, p. 255.

⁶¹ Cf. BIGGER, S., *The Family Laws*, pp. 187-203; ELLIGER, K., *Das Gesetz Leviticus 18*. ZAW 26, 1955, pp. 1-7.

⁶² Cf. MILGROM, J., *op. cit.*, pp. 1749-1750.

⁶³ Cf. MEACHAM, T., *op. cit.*, p. 255.

⁶⁴ Cf. HARTLEY, J. E., *op. cit.*, p. 287; WEGNER, J. R., *Leviticus*, In: NEWSON, C. A. – RINGE, S. H. (eds.), *The Women's Bible Commentary*, 1992, p. 41.

A essas hipóteses de trabalho elencadas é possível formular reações e questionamentos:

1. À hipótese de erro de transmissão do texto, haveria que se questionar se uma tal omissão – de natureza tão grave – permaneceria mesmo depois do longo processo de reelaboração pelo qual acredita-se ter passado os textos bíblicos, antes de apresentarem-se fixados como estão.

2. À opinião de que Lv 18 omite o interdito em função de ser lugar-comum na sociedade israelita antiga tal proibição, tendo em vista as prescrições do Código de Hammurabi e das Leis Hititas, pode-se perguntar porque tal omissão se mantém em Lv 20 e em Dt 27,20-23.

3. À tese de que a proibição do incesto pai-filha está inferida por outras proibições contidas nos textos, deve-se argumentar se não seria mais apropriado tratar das relações mais próximas, em vez de relações mais distantes.

4. Se é fato que o redator quis manter uma relação de dez proibições e, por isso, omitiu alguns parentes, por que justamente a filha? Se a questão está relacionada à estrutura do texto e o incesto com a filha está decididamente proibido, não há explicação para tal omissão.

5. À proposta de Milgrom, na qual a omissão é explicada pela inclusão de todos os parentes em Lv 18,6, pode-se argumentar com reflexões semelhantes às já mencionadas. Não seria mais apropriado tratar das relações mais próximas, em lugar das mais distantes? Faria mais sentido que “todo parente” incluía todos os familiares, desde os mais próximos aos mais distantes, desde que não numa lista em que parece proibir até o *levirato*. A ausência da filha não parece existir simplesmente porque já estaria contemplada em Lv 18,6.

Do ponto de vista redacional, poder-se-ia, inclusive, perguntar se, de fato, 18,6 inicia a sessão 6-23 ou, como parece mais razoável, se funciona como uma peça de articulação redacional entre o prólogo (1-5[6]) e o centro do texto, onde estão as proibições propriamente ditas. Se assim for, estará claro que a lista de proibições não conta com a presença das filhas.

6. Se a hipótese de que as filhas são omitidas porque se permitiu tal relação em tempos pré-bíblicos, mas o destinatário do Lv conhece sua responsabilidade em assegurar a virgindade da filha até o matrimônio, por que na lista não há proibição para relações entre irmão e irmã (por parte de pai e de mãe)? Se é fato que a lista contém apenas as relações proibidas, num tempo e que o incesto pai-filha era tolerado, não parece coerente a ausência irmão-irmã. A “permissão” pai-filha poder-se-ia explicar por questões de autoridade e propriedade paternal, mas não se poderia argumentar o mesmo nas relações, também omitidas, entre irmão e irmã.

2.2. Explicações e objeções de caráter sócio-cultural e teológico

Para os exegetas que consideram que as leis sobre o incesto pertencem a um tipo de literatura apologética, que reagia contra certas condutas sexuais dos Patriarcas, o fato de não incluir a proibição do incesto entre pai e filha se deveria ao fato de que esta conduta não é contemplada nas narrativas patriarcais, nem nas narrativas sobre a Casa de Davi.⁶⁵

Uma pergunta sempre presente na tese de Carmichael é sobre o alcance normativo das leis bíblicas. Em que medida tais coleções exerceram autoridade em sua sociedade? Dada a disparidade existente entre algumas leis acerca do mesmo tema, ou, por exemplo, a inexistência de estrutura lógica no interior de determinadas coletâneas, a questão se coloca de modo mais profundo.

Por conta disso, C. Carmichael afirma que as leis do Pentateuco não nascem dos problemas da sociedade, mas que, na verdade, são simplesmente criações literárias, produto das reflexões do legislador sobre as tradições narrativas do passado distante de Israel, sem qualquer realização institucional.⁶⁶ O autor enxerga uma ligação direta entre a conduta sexual dos patriarcas e as leis de incesto de Levítico 18 e 20. Segundo sua visão, o motivo dessa ligação é o fato de os sacerdotes legisladores discordarem de algumas tradições que perdoavam relações incestuosas. Conseqüentemente, as leis bíblicas teriam sido feitas em cima de questões folclóricas nacionais.⁶⁷

A análise das leis de incesto de Lv 18 e 20 apresentada por Carmichael ajuda a compreender um tal ponto de vista.

Sobre Lv 18,6-7 (em que há a proibição geral de relações com parentes e a específica de relações com a mãe), Carmichael lembra que os primeiros incidentes de conduta incestuosa no livro de Gênesis envolvem embriaguez: primeiro Noé, depois Ló. Os dois incidentes têm muito em comum: a parte do vinho, a iniciativa do filho ou filha em cima da desvantagem do pai bêbado e a preocupação com as futuras gerações. O legislador observa os dois incidentes juntos e os usa para formular a primeira das leis sobre incesto.

O primeiro incidente da Bíblia que suscita a conduta incestuosa é a ofensa de Cam contra seu pai, Noé (Gn 9,20-27). Cam, vendo a nudez de

⁶⁵ Cf. CARMICHAEL, C., *Law, Legend and Incest in the Bible*, p. 5; MEACHAM, T., *op. cit.*, pp. 257-258.

⁶⁶ A tese do autor é apresentada em duas obras: CARMICHAEL, C., *Law, Legend, and Incest in the Bible: Leviticus 18-20*, London, Cornell University Press, 1997. E em *The Spirit of Biblical Law*, Athens, University of Georgia Press, 1996.

⁶⁷ CARMICHAEL, C., *The Spirit of Bilical Law*, p. 66.



Noé, fê-lo saber a seus dois irmãos, Sem e Jafé, que, tomando uma capa, puseram-na sobre os próprios ombros e, andando de costas, rostos desviados, cobriram a nudez do pai. Quando Noé descobre que Cam o conheceu, aquele amaldiçoa este a uma vida de escravidão a seus irmãos. Qualquer que seja a natureza precisa da ofensa, o legislador usa o incidente para refletir sobre uma potencial ofensa sexual de um filho contra seu pai. O segundo incidente pertinente à lei ocorre quando as filhas de Ló se aproveitam da embriaguez do pai e se deitam com ele a fim de gerar descendentes. O legislador, segundo Carmichael, estabelece uma lei correspondente à ofensa masculina: o sexo de um filho e sua mãe.

Sobre Lv 18,8 (Não descobrirás a nudez da mulher de teu pai), Carmichael entende que o legislador novamente se baseia numa ofensa da história patriarcal: Rúben, filho mais velho de Jacó, se deita com a concubina de seu pai Bilá. Outra vez, como nas inscrições de Noé e Ló, o filho assedia o parente – nesse caso, a madrasta. A partir desse incidente o legislador faz uma generalização incluindo qualquer mulher do pai, mesmo se o pai tiver se divorciado da esposa ou ainda se ele já tiver morrido. Para Carmichael, o legislador só estabeleceu essa lei porque, de seu ponto de vista, considerou branda a condenação de Jacó em Gn 35,22: somente no final de sua vida Jacó fez Rúben aprender a consequência negativa de seu ato, ou seja, a perda da excelência de ser o primogênito. A lei correspondente em Lv 20,11 imprime, no entanto, sentença de morte⁶⁸.

Conclusão

O tema central do artigo que se encerra é a questão das leis acerca do Incesto no livro do Levítico. Trata-se de uma análise da Lei de Santidade, especialmente de Lv 18* e Lv 20. A questão surgida da análise comparativa é a respeito do silêncio sobre o incesto com a(s) filha(s) no Antigo Testamento.

A temática básica de Lv 18 é a proibição da prática de relações sexuais consideradas ilícitas, sobretudo o incesto. Há dois grupos de proibições, cada um com dois subgrupos, como segue:

a) proibição contra o incesto (vv. 6-18): de primeiro grau (vv. 6-10) e de segundo grau (vv. 11-15);

b) proibições contra certas práticas sexuais (inclusive o incesto) e de sacrifício a Molek (vv.19-23): no casamento (vv. 16-19) e fora do seio

⁶⁸ Ibid., pp. 73-74.

familiar (vv. 20-23). Essas leis são direcionadas ao cabeça do grupo familiar, o que revela ser unidade social básica pensada no texto a ‘casa paterna’.

Lv 20 está estruturado de forma concêntrica, sendo os vv. 9-21, cuja temática é o conjunto de penalidades para as violações, o centro de tal plano. A ordem das proibições em Lv 20 difere claramente da ordem do capítulo 18, pois seu princípio de organização também é diferente. O capítulo 20 é organizado de acordo com as penas, baseado na gravidade do crime: *morte* [três casos de adultério, vv. 10-12; sodomia, v. 13; união de um homem com uma mulher e sua mãe, v. 14; união com animais, vv. 15-16]; *exílio* [meia-irmã, v. 17; mulher menstruada, v. 18; tia, v. 19?]; *impossibilidade de ter filhos* [esposa de tio paterno, v. 20; cunhada, v. 21].

Lv 20 *não* parece ser continuidade de Lv 18, porque:

a) muitas proibições contidas no capítulo 18 estão ausentes no capítulo 20;

b) para algumas leis que tratam de casos semelhantes são usadas palavras diferentes;

c) as formas das proibições são diferentes: no capítulo 18, é uma segunda pessoa apodítica; no capítulo 20, é uma terceira pessoa casuística;

d) apesar de o capítulo 20 (assim como o capítulo 18) se referir à casa do pai, ele é provavelmente direcionado à comunidade, que tem a responsabilidade de executar os castigos;

e) Lv 20 se refere a capítulos anteriores⁶⁹, o que levanta a possibilidade de que o autor do capítulo 20 tenha se utilizado dos textos anteriores, incluindo o capítulo 18, sob uma nova perspectiva;

f) as penalidades são diferentes: no capítulo 18, os infiéis são punidos com a “extirpação”, mas no capítulo 20, as punições são graduadas: a extirpação por Deus (vv. 17-18) é precedida pela execução sumária por autoridades judiciais (vv. 9-16) e seguido pela punição menos severa de não poder ter filhos (vv. 20-21).

Ao que pareceu, o redator H usou o tema do sexo e das violações a Molek para criar uma estrutura introvertida entre o capítulo 18 e o 20. Como possuía duas listas independentes e ligeiramente variantes, estruturou-as quiasticamente com exortações, mas com palavras e termos distintos; e então projetou Lv 19 como o suporte para toda a Torah. Parece que redator, no trabalho final de composição do Pentateuco, centralizou Lv 19 e sua temática como cerne do projeto de contemporização e armou Lv 18 e Lv 20 como pontos de virada para o restante da obra, já que suas abordagens sobre o tema da sexualidade interferiam diretamente no projeto de reconstrução da

⁶⁹ Por exemplo: 20,6.27 ao 19,26; 20,9 ao 19,2; 20,25 ao cap. 11 etc.

nação. A questão que emerge é: porque o legislador bíblico silencia a respeito do incesto entre pai e filha(s)?

Como alternativa ao apresentado na bibliografia especializada, o artigo propõe uma resposta à questão sobre o silêncio acerca da(s) filha(s).

Em primeiro lugar, há a questão da posição econômico-jurídica do pai na casa: a filha pertence a ele. Uma lei que tocasse nesse assunto estaria penetrando a esfera de inferência exclusiva do pai. O que não significa dizer que há a permissão expressa na Lei para esse tipo de relacionamento. O que há, simplesmente, é a ausência de proibição.

Além disso, partindo-se do princípio que o Pentateuco tem sua composição final no início do século IV a.C. na forma de um programa de contemporização das muitas facções político-religiosas do Israel pós-exílico é provável que a condenação às relações incestuosas sirva, por um lado, para precaver exageros endogâmicos e, por outro, para deixar entreaberta a possibilidade de relação com a filha, numa extrema situação de falta de opção. Para se evitar casamentos com estrangeiras, estava omitida a proibição de relações com as filhas para deixar sob a decisão do homem a perpetuação de sua família.

A filha é, em última análise, propriedade do pai e este é quem deve arbitrar sobre seu destino. Além disso, na eventualidade de contaminação com estrangeiras, será a filha a responsável pela manutenção da pureza da semente do pai.

Resumé

Les lois existantes en Lv 18 et 20 traitent les relations sexuelles considérées illicites, notamment les relations de nature incestueuse. Les textes, n'interdisent pas explicitement la relation incestueuse entre le père et la (les) fille(s). Cet article propose une analyse de chacun des deux textes et présente une vérification dans la tentative d'expliquer le silence existant à ce respect.

Ricardo Lengruber Lobosco
Doutor em Exegese Bíblica